

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO *

Maria Nelida González de Gómez
Mestre em Ciência da Informação — IBICT/UFP.J
Assistente de Pesquisa IBICT — CNPq
Professora dos Cursos de Pós-Graduação Convênio
CNPq/IBICT - UFRJ/ECO

1 - INTRODUÇÃO

Na modernidade, filósofos e cientistas participaram no desenvolvimento de um novo conceito de "matéria": desde a metafísica cartesiana às leis da mecânica clássica. Num mesmo **espaço cultural** a "matéria" se constituía no objeto do conhecimento físico-matemático e no objeto de processamento técnico e econômico do modelo emergente de produção industrial.

Hoje, com certo paralelismo, os estudos informacionais se desenvolvem ao mesmo tempo que as novas tecnologias de informação e da denominada "indústria do conhecimento". Produtos culturais e cognitivos são agora a "matéria" dos processos de transformação técnica e econômica.

Assim, a pergunta pelos princípios lógicos, linguísticos, psicológicos dos processos informacionais, indica a mais das vezes a busca de um saber **operatório** e não de um saber abrangente ou essencialista-filosófico.

Trabalho desenvolvido com base na revisão da literatura realizada para a dissertação apresentada no Curso de Mestrado de Ciência da Informação, IBICT/UFRJ, 1982.

RESUMO

No estágio atual da Ciência da Informação, aumenta o interesse pelo ponto de vista cognitivo acerca de processos e produtos informacionais. Teses e tecnologias de informação teriam sempre suas correspondentes premissas cognitivas, implícitas ou explícitas. Uma dessas premissas caracterizaria o sujeito do conhecimento. Afirmando que essa caracterização do sujeito tem consequências teóricas e práticas com respeito à informação, são revisados alguns dos enfoques principais (formal-universalista, psicologista, entre outros), e levantada a questão da importância das condições sócio-históricas que afetam o sujeito gerador-usuário de conhecimento e informação.

Descritores: Informação; Conhecimento; Enfoque cognitivo; Sujeito gerador da informação; Modelos de relação conhecimento-informação.

Neste quadro, a relação entre informação e conhecimento interessa desde o ponto de vista da utilização/absorção de conhecimentos ou no escopo do "crescimento do conhecimento".

Que significa, porém, "utilizar" conhecimentos? Quando o conhecimento "cresce"?

Por outro lado, os sistemas formais de recuperação da informação são, de fato, o resultado de equacionar demandas particulares de recursos informativos com critérios sociais institucionalizados que estabelecem o estatuto e as hierarquias das diversas formas de conhecimento.

Quais são as premissas acerca do conhecimento implícitas nesses modelos e sistemas de recuperação da informação?

2 - A QUESTÃO DO SUJEITO DO CONHECIMENTO EM RELAÇÃO À INFORMAÇÃO

Como ponto de partida, nos perguntamos pela caracterização do sujeito gerador-usuário de conhecimento e informação, implícita ou explícita em teses e tecnologias de informação.

A nível global, percebemos nos estudos informacionais uma tendência à reprodução das diversas concepções acerca do sujeito do conhecimento, dominantes no pensamento ocidental:

a) O ponto de vista formal-universalista

Para alguns, o sujeito do conhecimento "válido" é definido como um sujeito universal, que é portador de **categorias e operações** racionais, as que têm sua melhor expressão na lógica e nas matemáticas. Estas categorias e operações básicas estão presentes de modo "virtual" em cada sujeito particular, e são anteriores e independentes de cada ato particular de conhecer, ao que configuram.

E essas "formas" racionais, universais, são transculturais e em consequência, trans-sociais, dado que independem das diferentes experiências históricas dos grupos humanos.

Este sujeito, totalmente a-histórico e trans-social, logo, **abstrato**, é o pressuposto das denominadas **gramáticas lógicas** ou **lógicas naturais**, como a de Lakoff*

O saber social se constitui de modo derivado, a partir daqueles princípios, de modo que "co-operação" entre pessoas equivale à execução múltipla e simultânea de "n" operações individuais que equivalem a uma operação única em sua idealidade formal.

Esta forma de pensar o sujeito cognitivo, reaparece como pressuposto mais ou menos explícito nos estudos informacionais. A encontramos, por exemplo, em Austin, o autor do PRECIS — Preserved Context Index System³.

Aquele modelo "virtual" universal de categorias e relações proporciona um saber antecipatório sobre a estruturação da informação para se usar como esquema prévio para a construção de instrumentos e arquivos, no escopo da recuperação da informação.

Para Austin,

"...todos os produtos da classificação — ou seja, todo tipo de proposições e enunciados, estão

Lakoff, apud GARDIN²

compostos de certos tipos básicos de conceitos ligados por um conjunto comum e limitado de relações primitivas". (4:86) O conjunto de classes básicas o compõem "coisas, ações, propriedades" e as relações primitivas são: as lógicas e as gramaticais. O "espelho" das estruturas classificatórias são os enunciados ou quase enunciados que exprimem um assunto composto. 4

Não devemos esquecer que o "projeto de organização da informação", sustentado por Austin, aponta a identificar uma **base inter-linguística**, a fim de construir um instrumento de processamento da informação com a maior potência de controle, capaz de atravessar as barreiras linguísticas geradas pela diversidade das línguas naturais e das linguagens especializadas ou técnicas. Para isso, procura aquele "a priori" lógico-sintático, um "sintagma universal".

b) O ponto de vista psicologista (associacionista)

Em outros enfoques, a expressão real do sujeito cognitivo é cada um dos sujeitos particulares, situados num ponto de tempo e do espaço, como sujeitos psicológicos.

Na forma empírico-associacionista, estes sujeitos não possuem formas ou conteúdos racionais independentes da experiência, e é a partir da mesma que os sujeitos combinam percepções elementares e as generalizam, dando lugar aos produtos mais complexos da inteligência humana, como o conhecimento científico.

Desde este ponto de vista, as operações cognitivas elementares são reconstituíveis a partir da observação do comportamento dos indivíduos.

em seu intento de estabelecer um modelo psicológico do processamento da informação, toma como ponto de partida uma psicologia associacionista. Segundo ele, **diferentes assuntos** não comportam **diferentes operações** do pensamento. Assim, frente a multiplicidade dos conteúdos e das linguagens ou "sistemas de significado", ele contrapõe a unidade psicológica do processamento da informação.

Não existiriam, para Farradane, categorias "a priori", como as de Aristóteles ou ainda, as de Kant. Os sujeitos realizam simples operações de união/separação dos conceitos, semantizadas pela modalidade de relação associativa que

estabelecem. Essas operações, explicitadas, darão lugar aos "operadores relacionais", utilizados como nexos das linguagens de indexação, compostos e complexos.

O sujeito conta com dois tipos de mecanismos de combinação de conceitos: Mecanismos de **associação**, modelizados por sua expressão no tempo: conceitos de associação atual, temporária ou permanente, e mecanismos de **discriminação**, modalizados por sua expressão no espaço: conceitos simplesmente simultâneos ou "concorrentes", conceitos concorrentes com traços comuns, e conceitos concorrentes bem diferenciados e relacionados.

Utilizamos parte de seu quadro de "operadores relacionais" para exemplificar seu ponto de vista: (Quadro 1)

QUADRO 1 Exemplo dos "operadores relacionais" de Farradane

Mecanismos	Associação	Associação	Associação	MecanismosX	atual
>.	Associação	Associação	Associação	MecanismosX	atual
temporária	Fixa	Discriminativos-		(Memória)	
Mera concorrên-	Operador: /@	cia de conceitos	Co-ocorrência	"Enciclopédia/	
—	—	(fi)Química"			
Concorrência de	Operador: / =	conceitos com	Equivalência	traços comuns	
"acetona/ =	—	— solvente"			
Relações entre	Operador: /)	conceitos	Diferença	concorrentes e	
"homem/l diferenciados		estátua"			

O comum em Austin e Farradane é a procura de um **objeto de conhecimento** que permita antecipações e previsões onde assentar ora enunciados explicativos, ora um modelo operativo para aplicar ao tratamento e recuperação da informação.

E isso, **previsível e antecipável** — e por isso mesmo, **explicativo e operacional** — vai ter a forma de um conjunto de condições que afetam o processo de produção do conhecimento e da informação. As duas opções para definir este conjunto, são: condições lógico-sintáticas da

linguagem (Austin); mecanismos associativos elementares do sujeito psicológico (Farradane).

c) "Conhecimento objetivo" e informação como "exteriorização"

Uma outra linha de pensamento tende a considerar a informação como produto exteriorizado das atividades de conhecimento.

E esse produto exteriorizado através de um veículo semiótico, passa a ser independente do sujeito gerador e do processo de geração.

Popper, com sua tese do Mundo 3, pareceria oferecer um arcabouço teórico para a fundamentação desta posição. Com efeito, Popper, numa ontologia pluralista, diferencia três ordens de "entidades" — os "mundos materiais" ("Mundo 1"), formados pelas coisas espaço-temporais; o mundo dos estados de consciência individuais ("Mundo 2"), e "objetos" de uma terceira ordem, que constituem o "Mundo 3". Trata-se de conteúdos ou estruturas significativas que, a partir do fato de serem "enunciados" se diferenciam dos conteúdos subjetivos da consciência, e dão lugar a novas estruturas e "entidades", tal como "o estado atual de um problema".

Dizer que o Mundo 3 é autónomo, precisamente, significa que seus objetos e estruturas significativas são independentes da vontade dos sujeitos que os geraram, assim como podem ser "opacos" para suas consciências.

Como podemos entender a natureza dessa totalidade autónoma do "Mundo 3" e seus "objetos"? Um exemplar ilustrativo desse "conhecimento objetivo" pareceria ser o "estado de uma disciplina", um corpo de conhecimentos mais ou menos organizado, que é resultado do trabalho co-orientado de uma comunidade de cientistas.

"A física é o que os físicos (como grupo) conhecem.

Mas como a classe dos físicos não é um físico a "física" enquanto tal é um conhecimento sem sujeito conhecido"(8:72)

É neste quadro do "conhecimento sem sujeito" que Brookes⁹ define dois âmbitos para os estudos informacionais. Um, prático, tem por problema como coletar e organizar os registros do Mundo²

para torná-los acessíveis. Outro, teórico, estudará a relação entre o Mundo 2, o subjetivo, e o Mundo 3, o do conhecimento objetivo, como contribuição à organização do **conhecimento e não dos registros**. A justificação dessa construção de um objeto para a Ciência da Informação, resultaria daquela **não transparência** das entidades do Mundo 3: da não visibilidade das redes de conceitos que constituem o "estado de discussão" de um problema.

Brookes indica a análise de citações de Small como modelo ou exemplo daquele "mapeamento" que explicita o espaço informacional.

Para Small¹, citar um documento é participar num processo de construção de um símbolo social:

"Um cientista carrega com ele um repertório de conceitos coletivos e seus correspondentes documentos-símbolos"¹ :338)

De fato, a comunidade de uso **consensual** de um documento é parte da comunidade de uso de um conceito.

As "redes de citações" permitem detectar esses **nódulos conceituais**, pela presença de uma terminologia uniforme e reiterada no contexto das citações de maior frequência.

Ao mesmo tempo, as citações são uma espécie de linguagem ou "algoritmo", mais fáceis de manipular que a linguagem ordinária: os documentos citados, como "símbolos" ou "marcas" de conceitos, podem ser combinados, justapostos, etc., constituindo **instrumentos de sínteses** no processo de geração de conhecimentos. As citações seriam uns dos **mecanismos cognitivos sociais**.

A rede de trocas informacionais constitui logo, não só um espaço de projeção de paradigmas — "a superfície" de acesso às ideias dominantes de uma comunidade científica, mas seria o próprio espaço de construção do "coletivo", da "co-operação".

Por que dentro da Ciência da Informação, aquele "saber sem sujeito" parece equivaler-se agora, com as redes de comunicação no interior das comunidades científicas?

As posições apresentadas e suas "premissas" acerca do sujeito do conhecimento (dos que

apresentamos uma síntese no Quadro 2), nos parecem ter algo em comum: a redução das condições sociais dos processos de conhecimento e comunicação.

QUADRO 2 Informação-conhecimento

Pressupostos acerca do sujeito do conhecimento implícitos ou explícitos em algumas conceitualizações da área informacional.

PONTO DE VISTA ACERCA DO SUJEITO	PRESSUPOSTOS	AUTORES: consequências desses pressupostos nas suas teorias, métodos ou instrumentos informacionais
formal-universalista	Sujeito epistêmico universal-virtual: formas lógicas e linguísticas "a priori" (transculturais)	AUSTIN (Definição lógico-sintática de um "enunciado-padrão")
saber sem sujeito	Conhecimento "objetivo": "autonomia do produto cognitivo (trans-subjetividade)"	BROOKES, SMALL. (Mapeamento da estrutura semântica de um "corpo" de conhecimentos constituídos, "redes" conceituais, etc.)
psicologista (associacionista)	Inexistência de "categorias "a priori": redução das operações cognitivas a mecanismos elementares de união/separação, analógicos aos modelos perceptivos de sequência temporal e simultaneidade espacial dos objetos físicos.	FARRADANE (Indexação relacional: operadores relacionais)

3 - A DIMENSÃO SOCIAL DO SUJEITO DO CONHECIMENTO, GERADOR/USUÁRIO DE INFORMAÇÃO

Se o sujeito universal "virtual" ou o sujeito individual das psicologias associacionistas não outorgam nenhum papel significativo ao ser social da experiência cognitiva, a trans-individualidade do "Mundo 3" de Popper aponta, ainda que obliquamente, o caráter social do conhecimento. Small, como Garvey, Price e outros, ao valorizarem a comunicação e o "consenso", colocam um **mecanismo cognitivo social** como demarcação da cientificidade.

A relação entre sociedade, conhecimento e informação permanece, porém, insuficientemente explorada: se a comunicação e as trocas informacionais são consideradas essenciais para a

produção científica, o "isolamento" da comunidade científica como "comunidade de discurso", independente da sociedade global e de fatores extra-cognitivos, limita essa descoberta do caráter essencial da comunicação.

Para esses autores, o espaço cognitivo-informacional é um espaço homogêneo, linear, cuja única dinâmica é da **acumulação e da cooperação**. Sobre esse sistema sólido construído por meio do consenso e da acumulação de conhecimentos operam como um tipo terciário de atividade transformadora, os sistemas intermediários de informação.

Esses estudos e modelos de recuperação da informação, não oferecem logo instrumentos conceituais ou metodológicos para o reconhecimento das assimetrias que existem entre países, regiões, classes sociais, etc., seja na constituição de suas "memórias sociais", seja na construção ou participação em redes de informação.

Onde procurar os arcabouços conceituais e metodológicos mais adequados aos problemas da sociedade local?

Existe hoje, por outro lado, uma linha de estudos informacionais, dentro de um ponto de vista cognitivo, que relaciona o agente gerador-usuário da informação com o seu contexto social.

Uma das afirmações generalizadas deste ponto de vista, é que todo processamento da informação, seja perceptual ou simbólico, é mediado por um sistema de categorias ou conceitos, que constitui um "modelo" do mundo do sujeito processador. Esta matriz conceitual opera como unidade de seleção, de "filtragem" e estruturação, seja na emissão ou na recepção e decodificação de mensagens. Muitos autores exploram essa ideia, em estreita relação com suas definições de informação.

Mencionamos, assim, a noção de "tesouro", tal como usada por Schreider¹³, de "imagem", tomada por Pratt¹⁴ e outros dos trabalhos de Boulding*, de "estrutura cognitiva", como em Belkin¹⁵, ou outros conceitos que provêm dos estudos de Inteligência artificial, Linguística computacional ou Psicologia Cognitiva, como os de "frame" e "script".¹⁶

Boulding, apud PRATT¹⁴.

Uma das consequências destes estudos, é que essa matriz conceitual depende das experiências anteriores de um indivíduo ou grupo, sendo afetada pelos processos de socialização que recebem os indivíduos e pela vivência histórica dos grupos sociais. São, preferimos dizer, matrizes sócio-cognitivas.

Colocaremos brevemente duas formas diversas de apresentar estes conceitos.

Em Goldman¹⁷ essa matriz prévia e estruturadora das mensagens, não tem uma natureza biológico-determinista, ela é histórica e condicionada pelas formas que assume o ser social, os interesses e conflitos dos grupos que o compõem.

Para Goldman, cada grupo social constrói uma espécie de "consciência comum" que exprime tanto uma imagem do mundo como um posicionamento do grupo frente aos setores de interesse que compõem uma sociedade.

Num processo de transmissão de informação a configuração histórica dessa consciência social opera como seletor e organizador de informação, — aceitando, rejeitando ou deformando, segundo seus interesses concretos e seu modelo cognitivo.

Os conteúdos atuais dessa consciência socialmente situada, são, porém, um corte mais ou menos abrangente de sua "consciência possível".

Toda questão sobre recuperação/transferência de informação, deveria, logo, ser precedida pela mesma pergunta que precederia a pesquisa social:

"...qual é o **campo de consciência** em cujo interior tal ou qual grupo de homens pode, **sem modificar sua estrutura**, variar seus modos de pensar sobre todos esses problemas e, em suma, quais são os limites que sua **consciência da realidade** não pode ultrapassar sem uma profunda transformação social prévia^{17:49}).

Poderíamos, então, perguntar-nos pelo papel do trabalho intermediário de recuperação/disseminação de informação, nessa mediação entre uma consciência real e uma consciência possível.

Wersig¹⁸, por outro lado, dá maior relevância a relação transformadora do homem como meio, que domina "trabalho social". Ele indaga acerca da

geração ou aquisição de informação para a solução de "situações problemáticas" que levam a uma demanda cognitivo-informacional.

Para Wersig, as trocas informacionais acontecem sempre entre sujeitos duplamente geradores e receptores de informação, a partir de um "equipamento prévio" que os capacita para a comunicação e para a ação. Esse "equipamento" inclui, além de uma memória de formas *simbólicas* que age como unidade de codificação e decodificação, um modelo interno do meio e um inventário de programas e estratégias para operar sobre o meio.

Estas estruturas e conteúdos delimitam um "quadro de expectativas" que orienta sua atividade consciente, intencional.

Nas situações concretas se estabelece uma relação de retro-alimentação entre o campo da consciência assim estruturado e o campo da ação em execução. As situações problemáticas são geradas pela frustração das expectativas, quando uma zona de escuridão ou de "incerteza" se estabelece entre o sujeito — seus modelos cognitivos, seu repertório de ações possíveis, e as demandas de uma situação concreta.

O "equipamento prévio" seria, nesse caso, insuficiente. Para resolvê-lo, precisa informação, aquilo que "reduz a incerteza".

O trabalho informacional favoreceria o acesso à informação suficiente e adequada para a resolução das "situações-problemas".

Neste sentido, para Wersig

"...historicamente a Ciência da Informação partiu com uma área do trabalho social que requereu primeiro uma organização sistemática do processo informacional, isto é, Ciência/Tecnologia, mas agora está se expandindo em outros campos do trabalho social tal como negócios, administração, planejamento, etc" (8:54)

Assim, as atividades informacionais se estenderiam a:

"...todos os setores do trabalho social onde o livre fluxo de informação e a organização do processo informacional torna-se uma necessidade *sociar* (19:214).

Wersig, talvez pelas premissas biologistas de sua compreensão dos processos cognitivo-informacionais, não pareceria considerar uma informação capaz de gerar "incerteza" e não "certeza", a que leva-nos a perceber os problemas, os limites de nossas formas prévias de consciência. Nem coloca questões de mis-informação e des-informação.

De fato pareceria dominar na Ciência da Informação uma tendência à redução do papel dos sujeitos que geram, recuperam, disseminam informação, de seu caráter ativo, intencional e de seu estar engajados em situações sociais de cooperação e de conflito.

Daí o tratamento naturalista da dispersão da informação e a concepção da informação como positividade, como coisa. Essa tendência leva a colocar em destaque a "irrupção" do tempo e do espaço nos processos de comunicação e de produção cognitiva onde se apresentam fatos tais como a "duplicação" das informações (ou "princípio da "Xerox"), do "volume" da informação, da "obsolescência" e "vida média" da literatura científica, da "fragmentariedade" e composição dos conhecimentos científicos, etc.

Para nós, porém, não existiria uma tal naturalidade da dispersão da informação, independentemente das lógicas sociais de organização da comunicação e da geração/ circulação de mensagens e registros. A divisão social do trabalho seria uns dos princípios básicos dessa "lógica social".

Essa "organização" da informação não se define, aliás, a partir de puras formas lógicas ou sintéticas, porque toda organização da informação implica tanto condições lógicas e cognitivas como materiais e sociais — e não cognitivas: desde as condições físico-energéticas de canais e arquivos, às condições culturais, económicas, políticas, etc., de sua geração e circulação.

Assim como os meios de comunicação de massa constróem representações do mundo e do ser social que, através de sua potência de disseminação, interferem na própria vida das sociedades, os Serviços e Sistemas de Recuperação da Informação constróem representações do conhecimento social disponível, capazes de interferir na produção ou reprodução desses conhecimentos especializados. Os

Sistemas de Informação constroem um **discurso meta-informacional** que se constitui como controle e gerenciamento do discurso acadêmico, científico, tecnológico, administrativo-jurídico. E esse discurso meta-informacional é **social** não só porque tem um embasamento cultural específico, nem porque responde a um projeto social dominante que interpreta e ativa fluxos de informação, mas pelo fato de ser formalizado e sustentado por **sujeitos sociais concretos** que expressam instituições e setores socialmente significativos e legitimados: organismos governamentais, associações internacionais, universidades e outras instituições de ensino-pesquisa; organismos representativos da produção industrial, agrícola e setores de serviços terciários; sindicatos, associações civis e políticas.

É por isso, enfim, que esse discurso meta-informacional, suas regras e representações, são políticas no sentido mais próprio: formam parte do discurso de demarcação da "polis", das formas atuais de **cidadania e marginalidade**, na medida em que definem o espaço cultural da **comunicação organizada** e das formas legitimadas de acesso à informação. O discurso meta-informacional que inclui o planejamento de desenho dos Sistemas Formais de Recuperação da Informação, define o acesso de **quem a qual** informação.

E essa "destinação" da informação deve estar já indicada, afirmamos, naquelas premissas implícitas ou explícitas acerca do sujeito gerador e usuário de conhecimento/informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 SWANSON, D. ed. **The role of libraries in the growth of knowledge**. Chicago, The University of Chicago Press, 1979.
- 2 GARDIN, Jean Claude. On the relation between question-answering systems and various theoretical approaches to the analysis of text. In: MAC CAFFERTY, M. & GRAY, K. **The Analysis of Meaning**. Informatics 5. Oxford, The Queen's College, 1979.
- 3 AUSTIN, Derek. **PRECIS: A Manual of Concept Analysis and Subject Indexing**.
- 4 _____ . Basic concept classes and primitive relations. DAHLBERG. ed. **Studien zur Klassifikation**, Bd. 11, Frankfurt, INDEKS VERLAG, 1982. p. 86-94.
- 5 FARRADANE, J. Relational Indexing. Part I. **Journal of Information Science**, 1:267-76, 1980.
- 6 _____ . Relational Indexing. Part II. **Journal of Information Science**, 1:313-24, 1980.
- 7 POPPER, K. **Conhecimento Objetivo**. Belo Horizonte, Itatiaia. São Paulo, EDUSP. 1975.
- 8 BLOOR, David. Popper's mystification of objective knowledge **Science Studies**, 4:65-76, 1974.
- 9 BROOKES, B.C. The foundations of Information Science. Part I. **Journal of Information Science**, 2(3,4): 125-33, 1980.
- 10 SMALL, Henry. Co-citation context analysis and the structure of paradigms. **Journal of Documentation**, 36(3): 183-96. 1980.
- 11 _____ . Co-citation Context Analysis: The Relationship between Bibliometric Structure and Knowledge. **Aslib Proceeding**, 1979.
- 12 _____ . Cited documents as concept symbols. **Social Studies of Science**, 8:327-40, 1978.
- 13 SCHREIDER, Yu. A. On the semantic characteristic of information. In: SARACEVIC, Tefko. **Introduction to Information Science**. NY - London, Bowker Co., 1970.
- 14 PRATT, Allan D. Information and emmorphosis: an attempt at definition. In: HARBO, O. & KASBERG, L., ed. Theory and application of information research. **Proceedings of the 2nd. International Research Fórum on Information Science** 3-6 August 1977 — Copenhagen. London, Mansell, 1980.
- 15 BELKIN, NJ. & ROBERTSON, S.E. Information Science and the Phenomenon of Information. **Journal of American Society for Information Science**. 27(4): 197-204, 1976.

- ¹⁶ WALKER, D. The organization and use of Information: contribution of Information Science, Computational Linguistic and Artificial Intelligence. *Journal of the American Society for Information Science*, 32(51:347-63, 1981.
- ¹⁷ GOLDMAN, L. Importância do conceito de consciência possível para a comunicação. In: *Colóquios filosóficos internacionais de Royamount. O conceito de Informação na Ciência contemporânea*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970, p. 38-68.
- ¹⁸ WERSIG, G. The problematic situation as a basic concept of Information Science in the framework of Social Science. In: *Theoretical Problems of Informatics*, Moscow, 1979.
- ¹⁹ NOVELLING, U. & WERSIG, G. The information scientist of the 1980s in Europe. In: HARBO, O - KASBERG, L. ed. *Theory and application of Information Research. Proceedings of the 2nd. International*

Research Fórum on Information Science. 3-6 August 1977. Copenhagen, London, Mansell, 1980. p. 214-20.

- ²⁰ CASSIM, Marisa B. A informática e a evolução dos centros de informação a serviço de mudanças culturais. *Ciência da Informação*, 11 (1): 61-70, 1982.

ABSTRACT

Recent developments in Information Science, evidence an increasing interest in the cognitive point of view about the information process and products. Information statements and technologies have in fact their correspondents in implicit or explicit cognitive premisses. Some of these premisses defines the cognitive subject. To affirm that these subject definition have pragmatics and theoretical consequences, we intend to review the main approaches (formal-universalism, psychologism and others) and to put a question about the importance of socio-historical conditions that affect the generator-user subject of knowledge and information.
